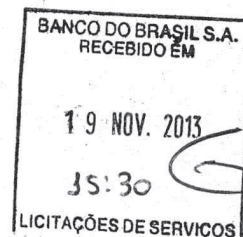


**AO**

**CENTRO DE APOIO AOS NEGÓCIOS E OPERAÇÕES LOGÍSTICA DE SÃO PAULO – CENOP LOG SÃO PAULO DO BANCO DO BRASIL S.A.  
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO DO**

Av. São João, 32 – Centro – São Paulo/SP CEP 01036-900

[cenop.sp.licitacoes2@bb.com.br](mailto:cenop.sp.licitacoes2@bb.com.br)



**Ref: CREDENCIAMENTO EDITAL N.º 2013/16657 (7421)**

**CREDENCIAMENTO DE SOCIEDADES DE ADVOGADOS PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE NATUREZA JURÍDICA  
PARA EMISSÃO DE PARECERES EM DIREITO IMOBILIÁRIO**

**Assunto: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**CABRAL DE MORAIS E PORTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.696.985/0001-58, e na OAB sob o 12.263, com sede na Rua Capivari n.º 153, no bairro do Pacaembu, São Paulo, SP, CEP 01246-020, e-mail de contato – [ruy@cabraldemorais.com.br](mailto:ruy@cabraldemorais.com.br), neste ato representado por RUY BRITO NOGUEIRA CABRAL DE MORAIS, vem através do presente instrumento, com fulcro no artigo 41, § 2º da Lei federal nº 8.666/93 e demais alterações posteriores, apresentar **IMPUGNAÇÃO** contra o Edital em referência, pelas razões que passa a expor:

## **1 – PRELIMINAR DE TEMPESTIVIDADE**

A presente impugnação é totalmente tempestiva, nos termos do artigo 41, da Lei 8.666/93, que dispõe:

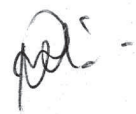
*“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

*§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o **segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação** em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.*

O encerramento da licitação ocorrerá em **26/11/2013**, logo tempestiva a presente impugnação, já que protocolizada dentro do prazo de 02 dias antes da data da abertura dos envelopes.

## **2) EXPOSIÇÃO DO MOTIVOS**

O objeto do Edital consiste no Credenciamento de Sociedades de Advogados para prestação de serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica no que tange a emissão de pareceres em direito imobiliário ao Banco do Brasil.



Ocorre, entretanto, que analisando o teor do Edital em referência, este interessado constatou irregularidades passíveis de impugnação, porquanto, não estão em consonância com as normas insertas na Lei 8666/93.

Destarte, em face de constatação de cláusulas no Edital que ferem princípios basilares do processo de licitação, pede-se a esta respeitável Comissão de Licitação, a modificação de seu conteúdo, sob pena de violação aos princípios preconizados na Lei 8666/93, tais como, o da Legalidade e Igualdade entre os licitantes, porquanto, a não observância de aludidos princípios, implica em **nulidade** do Edital e consequentemente de todo o certame, conforme restará demonstrado.

### **3 – DO ANEXO IV – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E PONTUAÇÃO.**

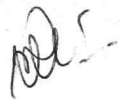
#### **3.1 – Atestados de Serviços Técnicos**

##### **A – PATROCÍNIO DE AÇÕES JUDICIAIS**

O Quesito 1 apresenta como forma de pontuação extra a apresentação de atestados que constem o número de pareceres emitidos pela sociedade de advogados nos últimos 5 anos.

No entanto, as pessoas jurídicas contratantes, especialmente instituições financeiras e pessoas jurídicas de direitos público, via de regra, não emitem atestados com menção de quantidade exata de pareceres, até porque muitas vezes a solicitação dos pareceres vêm diretamente das agências individualmente sem um controle central do entidade financeira, o que impossibilita inclusive a obtenção da quantidade suficiente de pareceres com um único atestado emitido pela mesma instituição.

Desta forma, temos que se mostra extremamente abusiva a exigência para obtenção de pontuação extra.



Como se não bastasse, o edital somente pontuará de forma extra se atuação do licitante se deu nos últimos 5 anos, o que também representa flagrante lesão aos termos legais, vez que a Lei de licitações veda limitações temporais em relação a comprovação de capacidade técnica do licitante.

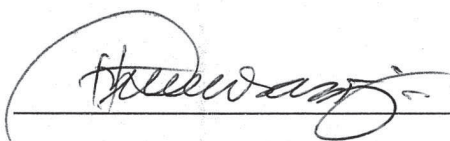
#### **4. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a impugnante requer:

- a) Que se suspenda o certame até final julgamento da presente impugnação, bem como seja devolvido o interregno legal entre a publicação e a data de entrega e abertura do certame;
- b) Que seja julgada totalmente procedente a presente impugnação para que:
  - i. Se exclua a exigência de quantidade de pareceres nos atestados e prazo (últimos 5 anos) nos atestados;

Atenciosamente

São Paulo/SP, 18 de maio de 2013



**CABRAL DE MORAIS E PORTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

**RUY BRITO NOGUEIRA CABRAL DE MORAIS – SÓCIO**